

ATOM EDUCAÇÃO E EDITORA S.A.

Companhia Aberta

CNPJ/MF nº 23.994.857/0001-70

NIRE 35.300.487.737

**ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
REALIZADA EM 13 DE FEVEREIRO DE 2026**

Data, Hora e Local: Aos 13 dias do mês de fevereiro de 2026, às 19h00, via teleconferência.

Convocação: Dispensada, considerando a participação da totalidade dos Membros do Conselho de Administração da Companhia.

Presenças: A totalidade dos Membros do Conselho de Administração da Companhia, Elias Fernando da Silva Oliveira, José Joaquim Paifer, Pedro Fernando Grando Filho e Lucas Mateus Pereira Ramos.

Mesa: Elias Fernando da Silva Oliveira – Presidente; e Danilo Rodrigo Cisotto – Secretário.

Ordem do dia: Reuniram-se os membros do Conselho de Administração da Companhia, nos termos do Estatuto Social, para deliberar sobre:

- a) A apreciação das Demonstrações Financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025;
- b) A destinação do resultado do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025;
- c) A apreciação do parecer favorável emitido pela Diretoria em 13 de fevereiro de 2026 relacionado à celebração de contratos de indenidade com membros do Conselho de Administração e da Diretoria da Companhia (“Parecer”)
- d) A autorização para que a Companhia celebre contratos de indenidade com membros do Conselho de Administração e da Diretoria, nos termos do artigo 19, §§ 2º e 3º do Estatuto Social;
- e) A aprovação do modelo de contrato de indenidade a ser celebrado entre a Companhia e membros do Conselho de Administração e da Diretoria;
- f) A autorização à Diretoria da Companhia para praticar todos os atos necessários à efetivação das matérias acima.

Deliberações: Instalada a reunião, após exame e discussão das matérias constantes da Ordem do Dia, os membros do Conselho de Administração deliberaram, por unanimidade e sem ressalvas:

- a) Aprovar do Relatório da Administração, as Demonstrações Financeiras, o Relatório dos Auditores Independentes e demais documentos relativos ao

exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025, recomendando sua aprovação em Assembleia Geral Ordinária;

- b) Aprovar, *ad referendum* da Assembleia Geral Ordinária, a proposta de destinação do prejuízo líquido apurado no exercício social, no montante de R\$ 3.938.469,21 (Três milhões, novecentos e trinta e oito mil, quatrocentos e sessenta e nove reais e vinte e um centavos), para a conta de Prejuízos Acumulados, razão pela qual não haverá constituição de Reserva Legal, distribuição de dividendos ou constituição de reserva para manutenção de capital de giro;
- c) Apreciar o Parecer da Diretoria mencionado no item “d” da Ordem do Dia, cujo inteiro teor integra a presente ata como Anexo I;
- d) Autorizar, nos termos do artigo 19, §§ 2º e 3º do Estatuto Social, a celebração de contratos de indenidade entre a Companhia e membros da Administração;
- e) Aprovar o modelo de contrato de indenidade a ser celebrado entre a Companhia e membros da Administração, conforme Anexo II à presente ata;
- f) Autorizar a Diretoria da Companhia a praticar todos os atos necessários à implementação das deliberações ora aprovadas, ficando ratificados os atos já praticados até a presente data relacionados às matérias acima.

Encerramento e Lavratura: Nada mais havendo a tratar, o Presidente declarou encerrados os trabalhos, lavrando-se a presente ata na forma sumária, a qual, após lida e achada conforme, foi assinada por todos os presentes.

Sorocaba, 13 de fevereiro de 2026

Mesa:

Elias Fernando da Silva Oliveira
Presidente

Danilo Rodrigo Cisotto
Secretário

Conselheiros:

Elias Fernando da Silva Oliveira
Presidente do Conselho de
Administração

José Joaquim Paifer
Conselheiro

Pedro Fernando Grando Filho
Conselheiro

Lucas Mateus Pereira Ramos
Conselheiro

Anexo I – Parecer da Diretoria

*da Ata de Reunião de Conselho de Administração da Atom Educação e Editora S.A.,
realizada em 13 de fevereiro de 2026, às 19h00*

Parecer da Diretoria

Sorocaba/SP, 13 de fevereiro de 2026.

Aos

Srs. Membros do Conselho de Administração da

ATOM EDUCAÇÃO E EDITORA S.A. ("Companhia")

Ref.: Contrato de Indenidade

Prezados Senhores,

- 1.** A atuação dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria da Companhia da Companhia ("Administradores Estatutários") importa a assunção de certos riscos decorrentes do exercício de suas funções, conforme previstas no Estatuto Social da Companhia. Dentre tais exposições a risco, destacamos aquelas tratadas na Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações"), bem como na legislação ambiental, tributária, trabalhista, dentre outras.
- 2.** Os Administradores Estatutários estão sujeitos a risco decorrentes do exercício de suas funções, conforme previstas no Estatuto Social Companhia e na regulamentação aplicável e a Companhia não mantém, na presente data, seguro de responsabilidade civil de administradores (Directors and Officers – D&O);
- 3.** Por essa razão, recomendamos a celebração de contratos de indenidade entre a Companhia e os seus Administradores Estatutários, conforme a minuta anexa, para que a Companhia garanta o pagamento, reembolso ou adiantamento de recursos para fazer frente a determinadas despesas dos Administradores Estatutários;
- 4.** Entendemos que o Contrato de Indenidade equilibra adequadamente, de um lado, o interesse da Companhia de atrair, reter e proteger seus Administradores Estatutários e, de outro, o interesse da Companhia de preservar seu patrimônio e, conseqüentemente, o valor de suas ações, evitando condutas irregulares por parte dos Administradores Estatutários e o despendido de valores indevidos ou injustificáveis.
- 5.** Nesse sentido, não são passíveis de indenização, segundo o Contrato de Indenidade, as perdas sofridas pelos Administradores Estatutários decorrentes de atos praticados: (a) fora do exercício de suas atribuições; (b) com má-fé, dolo, direto ou eventual, ou com indiferença temerária dos eventuais resultados,

ou mediante culpa grave ou fraude; (c) em interesse próprio ou de terceiros, em detrimento do interesse social da Companhia; (d) para cumprir acordos celebrados (incluindo mas não se limitando a acordos em processos administrativos, judiciais ou arbitrais) sem aprovação prévia e por escrito da Companhia; e (e) que tenha ensejado ou possa ensejar a destituição do beneficiário por justa causa, dentre outras hipóteses.

6. O Contrato de Indenidade, elaborado em observância do Parecer de Orientação CVM nº 38, de 25 de setembro de 2018, também prevê que, caso a Companhia faça adiantamento de despesas para fazer frente a processos em curso ou para remediar o bloqueio de bens dos Administradores Estatutários, esses valores deverão ser devolvidos caso seja comprovado, ao final dos processos, que os beneficiados não faziam jus a indenização pela Companhia.

7. Cabe ressaltar que o Contrato de Indenidade também possui mecanismos para mitigar eventuais conflitos de interesse na concessão das indenizações, uma vez que o administrador estatutário não participará de nenhuma discussão ou deliberação do Conselho de Administração ou de qualquer outro órgão da Companhia relacionada à concessão de indenização ou adiantamento de recursos a ele próprio nos termos do Contrato de Indenidade.

8. O Contrato de Indenidade prevê, ainda, outras disposições e procedimentos de cobertura que nos parecem adequados e dentro dos padrões de mercado, tendo em vistas os riscos envolvidos.

9. Por todo o exposto, considerando a adequação do Contrato de Indenidade: (a) com os deveres fiduciários que a Lei das Sociedades por Ações, atribui aos administradores de sociedades anônimas; e (b) com as orientações e regras da CVM sobre o assunto, a Diretoria recomenda a sua celebração entre a Companhia e os Administradores Estatutários e se coloca à disposição do Conselho de Administração para tomar as medidas necessárias ou relacionadas à implementação de tal medida, incluindo a divulgação ao mercado nos termos da regulamentação aplicável.

Atenciosamente,

José Joaquim Paifer
Diretor Presidente

Danilo Rodrigo Cisotto
Diretor Financeiro e RI

Anexo II – Modelo do Contrato de Indenidade

*da Ata de Reunião de Conselho de Administração da Atom Educação e Editora S.A.,
realizada em 13 de fevereiro de 2026, às 19h00*

CONTRATO DE INDENIDADE

Pelo presente instrumento,

(a) **ATOM EDUCAÇÃO E EDITORA S.A.**, sociedade anônima inscrita no CNPJ/ME sob nº 23.994.857/0001-70, com sede na Rua Eulália Silva, 454 - sala 81, Jardim Faculdade, Sorocaba, Estado de São Paulo, CEP 18030-230, neste ato representada por seus representantes legais abaixo assinados (“Companhia”); e

(b) [NOME], [nacionalidade], [estado civil], portador(a) da Carteira de Identidade [RG] nº [●] [órgão de emissão], inscrito(a) no CPF/MF sob o nº [●], residente e domiciliado(a) na Cidade de [●], Estado de [●], na [endereço completo], CEP [●] (“Beneficiário”); sendo

Companhia e Beneficiário denominados, em conjunto, “Partes” ou, individualmente, “Parte”.

PREÂMBULO

CONSIDERANDO QUE o Beneficiário [foi eleito para o cargo de [Diretor/Conselheiro/membro do Comitê [●]] da Companhia, nos termos do [nome do instrumento societário], realizado em [data] {ou} [descrever função do Beneficiário];

CONSIDERANDO QUE a atuação do Beneficiário importa a assunção de certos riscos decorrentes do exercício de suas funções, conforme previstas no Estatuto Social Companhia e na regulamentação aplicável;

CONSIDERANDO QUE a Companhia concorda em manter o Beneficiário indene e este, por sua vez, concorda em ser indenizado pela Companhia por todas e quaisquer despesas razoáveis nas quais este comprovadamente vier a incorrer ou por valores que seja condenado a pagar, nos termos deste Contrato e conforme permitido pela lei e regulamentação aplicável;

RESOLVEM as Partes celebrar o presente Contrato de Indenidade (“Contrato”), o qual será regido pelas seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA I DEFINIÇÕES

1.1. Os termos listados abaixo, quando iniciados com letras maiúsculas no presente Contrato, tanto no singular quanto no plural, terão as seguintes definições:

“Ato Irregular” significa qualquer ato praticado pelo Beneficiário, nessa qualidade e durante o curso do Mandato: (a) fora do exercício de suas atribuições; (b) com má-fé, dolo, direto ou eventual, ou com indiferença temerária dos eventuais resultados, ou mediante culpa grave ou fraude; (c) em interesse próprio ou de terceiros, em detrimento do interesse social da Companhia; (d) para cumprir acordos celebrados (incluindo mas não se limitando a acordos em processos administrativos, judiciais ou arbitrais) sem aprovação prévia e por escrito da Companhia; (e) que tenha ensejado ou possa ensejar a destituição do

Beneficiário por Justa Causa; (f) atos que deem ensejo a indenizações decorrentes de ações de responsabilidade; (g) atos em descumprimento às políticas de anticorrupção e compliance da Companhia (como receber vantagens pessoais em razão do exercício do cargo); (h) atos de indisciplina, insubordinação, abandono do cargo, ato lesivo à honra ou a boa imagem/reputação da Companhia; (i) violação da confidencialidade das informações, dados, estratégias ou negócios da Companhia; (j) não cooperação com a Companhia, seus advogados no atendimento a fiscalizações, investigações ou no fornecimento de informações relacionadas aos processos; (k) não fornecimento de todos os documentos e informações que estiverem em seu poder e que sejam solicitados pela Companhia ou seus advogados para a condução da defesa ou preservação de direito; (l) prática de ato de liberalidade à custa da Companhia, sem prévia autorização do órgão competente para tanto; ou (m) utilizar-se de informação relevante, sobre a Companhia, ainda não divulgada, com a finalidade de auferir vantagem, para si ou para outrem, no mercado de valores mobiliários;

“Bloqueio de Bens” é a constrição judicial ou bloqueio de patrimônio de uma Parte Indenizável em decorrência de Procedimento, seja por via de penhora judicial, bloqueio ou congelamento de contas ou atos similares de constrição;

“Custos de Defesa” significa os honorários advocatícios, honorários periciais costumeiros, emolumentos, custas judiciais e demais despesas razoáveis incorridas no âmbito de Procedimentos, inclusive custos razoáveis de contratação de pareceres e laudos de especialistas técnicos eventualmente necessários, bem como passagem aérea e hospedagem, na hipótese de comparecimento pessoal, no Brasil e no exterior, sendo certo que a contratação de advogados ocorrerá apenas após obter a anuência da Companhia, estabelecendo para a prestação dos serviços jurídicos, valores que sejam razoáveis e compatíveis com os usualmente praticados no mercado para serviços da espécie;

“Compromisso de Indenidade” é a obrigação da Companhia, perante a Parte Indenizável, de indenizá-la e mantê-la indene, nos termos e limites deste Contrato;

“CVM” é a Comissão de Valores Mobiliários;

“IPCA” é o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo, medido pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE.

“Justa Causa” significa para fins desse Contrato: (a) a atuação com dolo e/ou má-fé no exercício de suas atividades como administrador da Companhia ou ainda em violação à legislação ou à regulamentação aplicável; (b) a condenação criminal transitada em julgado; (c) a prática de atos em conflito de interesses com a Companhia ou que de alguma forma possam favorecer o Beneficiário, diretamente ou por pessoa interposta ou parte relacionada, em detrimento dos interesses da Companhia; (d) a condenação transitada em julgado envolvendo violação à legislação anticorrupção; (e) a infração intencional relacionada à regulamentação da CVM; ou (f) a atuação com má-fé, desvio de conduta e/ou função no desempenho de suas respectivas funções na Companhia ou suas subsidiárias diretas ou indiretas que não seja sanada no prazo de 30 (trinta) dias a contar do recebimento de notificação neste sentido;

“Mandato” é o mandato do Beneficiário na Companhia;

“Parte Indenizável” significa o Beneficiário;

“Perdas Indenizáveis” significa quaisquer custos, despesas, constringências patrimoniais ou danos comprovadamente incorridos pela Parte Indenizável no âmbito de Procedimentos, inclusive Custos de Defesa, condenações, multas, Bloqueio de Bens, restrições de direito, ônus e gravames, obrigações financeiras de qualquer natureza da Companhia ou de suas Subsidiárias, valores devidos em decorrência da composição amigável de conflitos ou demandas de qualquer natureza com a prévia aprovação da Companhia (inclusive com órgãos da administração pública, como, por exemplo, termos de compromisso ou de ajustamento de conduta), penhoras e garantias em juízo, não abrangendo, contudo, lucros cessantes, perda de oportunidades ou chance, interrupção de atividade profissional, danos morais ou quaisquer danos indiretos;

“Procedimentos” significa quaisquer processos judiciais, arbitrais ou administrativos, inquéritos ou investigações de qualquer natureza, decorrentes de, ou relacionados a eventos relacionados aos negócios da Companhia ou de suas Subsidiárias ou a ações ou omissões do Beneficiário no exercício de suas funções na Companhia que sejam imputados à Parte Indenizável ou em relação aos quais a Parte Indenizável seja investigada, desde a sua instauração até o trânsito em julgado ou encerramento formal;

“Subsidiária” significa qualquer sociedade em que a Companhia seja titular de direitos de sócios;

“Verba de Manutenção Mensal” é a quantia correspondente ao valor da última remuneração mensal fixa recebida da Companhia pelo Beneficiário, mas sem incluir quaisquer benefícios diretos e indiretos, gratificações, bônus, participações nos lucros e quaisquer outras remunerações variáveis, atualizados anualmente pela variação do IPCA, a ser paga mensalmente ao Beneficiário visando à sua subsistência, nas hipóteses e termos da Cláusula 3.2 deste Contrato.

CLÁUSULA II

OBJETO

2.1. Compromisso de Indenidade. Observados os demais termos e condições previstos neste Contrato, a Companhia se compromete a indenizar a Parte Indenizável e a mantê-la indene por quaisquer Perdas Indenizáveis incorridas pela Parte Indenizável decorrentes de eventos relacionados aos negócios da Companhia ou de suas Subsidiárias ou em função de fatos, atos e/ou omissões nos limites das funções que lhe foram atribuídas em razão do cargo ocupado pelo Beneficiário, incluindo, mas não se limitando a, procedimentos relativos, direta ou indiretamente, ao processo de apuração, à preparação das demonstrações financeiras ou à republicação das demonstrações financeiras, bem como formulário de referência e fatos relevantes, desde que o Beneficiário tenha praticado tal ação ou omissão de boa-fé, com o objetivo de mantê-lo indene do pagamento de quaisquer despesas e outros prejuízos oriundos de suas responsabilidades, inclusive na hipótese de o Beneficiário vir a responder por dívidas corporativas, ter seu patrimônio bloqueado ou arrolado ou ser objeto de inscrição indevida na dívida ativa ou em serviços de proteção ao crédito.

2.1.1. O Compromisso de Indenidade se estende a eventuais Perdas Indenizáveis da Parte Indenizável ocasionadas por Procedimentos que tenham por objeto fatos e eventos pertinentes às Subsidiárias.

2.1.2. O Compromisso de Indenidade inclui a obrigação da Companhia de: (a) efetuar mensalmente ao Beneficiário o pagamento da Verba de Manutenção Mensal, em caso de Bloqueio de Bens, enquanto este perdurar, na forma da Cláusula 3.2 abaixo, na hipótese de os bens bloqueados não serem passíveis de substituição por outras garantias; e (b) envidar esforços para liberar o Bloqueio de Bens, caso isso seja possível mediante a disponibilização de recursos próprios da Companhia ou apresentação de garantias custeadas pela Companhia, devendo ressarcir o Beneficiário pelos prejuízos em caso de eventual expropriação definitiva do bem, observando-se a legislação e regulamentação aplicáveis.

2.1.3. As obrigações e direitos previstos neste Contrato não se aplicam em caso de Procedimentos propostos em face do Administrador pela Companhia ou por qualquer de seus acionistas controladores, se houver.

2.2. Exclusões. O Beneficiário não fará jus à indenização prevista neste Compromisso de Indenidade: (i) quando as Perdas Indenizáveis por ele incorridas forem decorrentes de um Ato Irregular do Beneficiário, ou (ii) com relação a Procedimentos propostos em face do Beneficiário proposto pela Companhia ou em nome da Companhia, nos termos da Lei das Sociedades por Ações, ou por qualquer de seus acionistas controladores.

2.3. Período de Cobertura. A obrigação de indenização ora pactuada abrange todas as Perdas Indenizáveis incorridas pela Parte Indenizável, inclusive qualquer Procedimento em curso contra o Beneficiário e qualquer outro Procedimento que venha a ser instaurado dentro do período de 5 (cinco) anos após o término de sua atuação na Companhia (“Período de Cobertura”). Para que não restem dúvidas, a obrigação de indenização prevista nesse Contrato continuará em vigor até o integral cumprimento de qualquer obrigação ou do término de eventuais Procedimentos que sejam indenizáveis nos termos aqui estabelecidos, ainda que após o rompimento do vínculo do respectivo Beneficiário com a Companhia. O Período de Cobertura ficará automaticamente prorrogado até o trânsito em julgado ou encerramento formal do Procedimento que foi objeto dessa Notificação de Indenização, incluindo eventual período necessário à apuração e liquidação de Perdas Indenizáveis.

CLÁUSULA III

PROCEDIMENTOS PARA A CONCESSÃO DE INDENIZAÇÃO

3.1. Notificação de Indenização. A Parte Indenizável deverá notificar a Companhia, por escrito, via mensagem eletrônica direcionada ao Presidente do Conselho de Administração, acerca de qualquer Procedimento que possa dar origem a uma Perda Indenizável, em até 15 (quinze) dias após tomar conhecimento sobre o seu envolvimento no Procedimento em questão, devendo a referida notificação ser acompanhada de todas as informações e documentos pertinentes ao Procedimento de conhecimento da Parte Indenizável a que se refere, incluindo, mas não se limitando a data, local e explicação dos fatos ligados ao Procedimento, inclusive a data em que tomou conhecimento de tal Procedimento, bem como os valores envolvidos, sejam eles já concretos, sejam aqueles ainda por ocorrer ou estimados, quando possível (“Notificação”).

3.1.1. Caso o Beneficiário omita ou retarde injustificadamente a Notificação de forma a prejudicar a adequada defesa do Procedimento, a Companhia ficará desobrigada de suas obrigações de indenizar o

Beneficiário sob este Contrato.

3.1.2. A Companhia poderá solicitar ao Beneficiário esclarecimentos e documentos complementares sobre o Procedimento objeto da Notificação, conforme entender necessário, antes de efetuar qualquer pagamento nos termos deste Contrato.

3.1.3. O Conselho de Administração será o responsável por deliberar sobre a aderência da solicitação da Parte Indenizável ao escopo de cobertura estabelecido neste Contrato levando em consideração o conjunto fático-probatório disponível no momento da deliberação, inclusive em vista de eventual indício de enquadramento como Ato Irregular ou outra excludente prevista na Cláusula 2.2, e para este fim o Conselho de Administração poderá se valer do suporte da área Jurídica da Companhia, bem como de assessores jurídicos externos. Caso algum dos conselheiros seja o Beneficiário da indenização, este deverá se abster de participar da reunião do Conselho de Administração que deliberar sobre o assunto, o que constará da ata da reunião.

3.1.4. Caso o Conselho de Administração decida de maneira fundamentada que a Parte Indenizável não fazia jus à indenização nos termos deste Contrato, inclusive, mas não se limitando, por ter sido confirmada a prática de Ato Irregular, deverá o Conselho de Administração, conforme o caso, determinar o reembolso das quantias indevidamente pagas ou adiantadas a título de indenização, incluindo Custos de Defesa ou Verba de Manutenção Mensal, hipótese em que a Parte Indenizável deverá reembolsar à Companhia todos os valores que tenham sido pagos a ela, diretamente ou mediante pagamentos feitos pela Companhia a terceiros, em até 15 (quinze) dias contados da reunião do Conselho de Administração que deliberar sobre o reembolso, corrigidos pelo IPCA do período.

3.1.5. A competência do Conselho de Administração será transferida para a Assembleia Geral de acionistas nos casos em que: (i) mais da metade dos membros do Conselho de Administração seja parte no Processo; ou (ii) houver divergência de, no mínimo, 1/3 dos Conselheiros acerca do enquadramento da conduta do Beneficiário como passível de indenização; ou (iii) o montante total envolvido em um mesmo Processo ou em Processos conexos for superior a R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais).

3.2. Antecipação de Custos de Defesa. Até a deliberação do Conselho de Administração referida na Cláusula 3.1.3 acima o Presidente do Conselho de Administração da Companhia, com base nos elementos existentes sobre o Procedimento naquele momento, poderá, caso justificável, com o suporte da área Jurídica da Companhia, bem como de assessores jurídicos externos, se for o caso, determinar a antecipação ou reembolso ao Beneficiário dos recursos destinados ao pagamento de Custos de Defesa urgentes, bem como, em caso de Bloqueio de Bens: (a) iniciar o pagamento da Verba de Manutenção Mensal, ou (b) apresentar em juízo garantias pertinentes para substituição do Bloqueio de Bens, caso isso seja possível, observando-se a legislação e regulamentação aplicáveis.

3.2.1. Caso a Companhia antecipe o pagamento pelos Custos de Defesa e, ao final da avaliação de todos os documentos e informações solicitados ao Beneficiário, se verifique não se tratar de evento coberto pelo presente Contrato, o procedimento previsto na Cláusula 3.1.5 deverá ser observado.

3.2.2. Sujeito ao disposto na Cláusula 3.2, caso haja qualquer Bloqueio de Bens, a Companhia obriga-se a disponibilizar ao Beneficiário o valor correspondente ao bloqueado, caso não ocorra o desbloqueio no prazo de até 30 (trinta) dias corridos contados do bloqueio, devendo tal disponibilização ocorrer em até 5 (cinco) dias contados do vencimento do prazo retro estabelecido.

3.2.3. Verba de Manutenção Mensal. O Conselho de Administração da Companhia deverá avaliar a suficiência do valor pago a título de Verba de Manutenção Mensal e poderá majorar tal valor, com base em decisão fundamentada em fatos, circunstâncias e informações específicos. O pagamento desse acréscimo deverá cessar quando a soma dos pagamentos mensais realizados a tal título ao Beneficiário atingir o valor total do Bloqueio de Bens ou quando for extinto o Bloqueio de Bens.

3.2.4. Restituição de Valores Desbloqueados. Os valores correspondentes à Verba de Manutenção Mensal que tenham sido pagos ao Beneficiário deverão ser restituídos à Companhia em até 15 (quinze) dias após o levantamento do Bloqueio de Bens. Caso ocorra o levantamento parcial, o Beneficiário deverá restituir apenas o valor equivalente ao efetivamente levantado.

3.2.5. No caso de expropriação definitiva de bens e/ou direitos da Parte Indenizável, em decorrência de um Bloqueio de Bens, no curso de um Procedimento, a Parte Indenizável terá direito à indenização pela Companhia pelo valor de tais bens e/ou direitos, devidamente corrigidos pelo IPCA. Em tal caso, a Companhia se sub-rogará nos direitos da Parte Indenizável para recuperação dos bens e/ou direitos contra a parte que causou indevidamente a expropriação.

3.3. Acordos. A eventual celebração de acordos judiciais ou extrajudiciais ou termos de compromisso pelo Beneficiário somente ensejará a obrigação de a Companhia indenizar prevista neste Contrato caso o Conselho de Administração, nos termos da Cláusula 3.1 acima, tenha aprovado previamente os termos de tal acordo ou compromisso. Caso, cumulativamente, **(i)** os advogados responsáveis pela defesa do Beneficiário avaliem o prognóstico de êxito da causa como remoto, **(ii)** o acordo ou termo de compromisso apresentado importe mitigação das Perdas Indenizáveis, e **(iii)** o acordo ou termo de compromisso não importe assunção de culpa ou de outras responsabilidades pela Companhia, a Companhia não poderá se recusar a aprovar o acordo ou termo.

3.4. Pagamento. Os pagamentos de Perdas Indenizáveis à Parte Indenizável serão realizados pela Companhia mediante transferência à conta bancária de titularidade da referida parte, a ser por ela indicada, em até 5 (cinco) dias contados da apresentação pelo Beneficiário dos comprovantes das Perdas Indenizáveis incorridas.

CLÁUSULA IV

OUTRAS AVENÇAS E DISPOSIÇÕES GERAIS

4.1. Solução de conflitos. Todas e quaisquer disputas que possam surgir entre as Partes em decorrência das obrigações previstas neste Contrato, inclusive quanto à sua existência, validade, eficácia, execução ou extinção, serão resolvidas de forma definitiva por procedimento arbitral, nos termos da Lei nº 9.307/96, administrado e conduzido pela Câmara de Arbitragem Empresarial (“CAMARB”), nos termos do Regulamento da CAMARB em vigor na data do pedido de instauração da arbitragem. A Arbitragem terá sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, local em que será proferida a sentença arbitral, sendo a

lei aplicável a brasileira.

4.2. Autonomia: O presente Compromisso de Indenidade é celebrado de forma autônoma e independente de qualquer eventual apólice de seguro de responsabilidade civil de administradores (D&O), existente ou que venha, ou não, a ser contratada pela Companhia.

4.3. Confidencialidade. Observadas as obrigações informacionais a que a Companhia está sujeita nos termos da regulamentação expedida pela CVM, e salvo quando requisitadas por autoridades públicas ou mediante decisão judicial, as Partes deverão manter sigilo sobre os termos e condições do presente Contrato.

4.4. Novação, Modificação e Renúncia. Qualquer tolerância ou concessão de uma Parte à outra não constituirá novação, modificação ou renúncia dos direitos e obrigações previstos neste Contrato, o qual somente poderá ser validamente alterado por meio de instrumento escrito celebrado entre as Partes, exigida a aprovação do Conselho de Administração da Companhia.

4.5. Vigência. Este Contrato entrará em vigor na data de sua assinatura pelas Partes, sendo certo que seus efeitos retroagem até a data de posse ou de início de exercício do cargo na Companhia, conforme aplicável, e permanecerá em vigor por todo o Período de Cobertura.

4.6. Sucessão. As obrigações e direitos previstos neste Contrato obrigam e beneficiam as Partes, seus herdeiros, sucessores e cessionários a qualquer título.

4.7. Execução específica. As Partes reconhecem e acordam que todas as obrigações assumidas ou que possam vir a ser imputadas nos termos deste Contrato estão sujeitas à execução específica, sem prejuízo de, cumulativamente, serem cobradas perdas e danos pela Parte que com eles tenham que arcar em decorrência do descumprimento das obrigações pactuadas neste Contrato.

4.8. Notificações. Todas as notificações, consentimentos, solicitações e outras comunicações previstas neste Contrato somente serão consideradas válidas e eficazes se respeitarem a forma escrita e forem enviadas por meio de carta com aviso de recebimento ou protocolo ou e-mail com comprovante de recebimento, devendo ser enviada para as Partes nos endereços que se seguem:

(a) Se endereçada à Companhia:

A/C [Presidente do Conselho de Administração / Departamento Jurídico]
Rua Eulália Silva, 454 - salas 81/82 - Jardim Faculdade, Sorocaba - SP, 18030-230
E-mail: [●]

(b) Se endereçada ao Beneficiário:

[Endereço]
E-mail: [●]

4.8.1. A mudança de destinatário, de endereço ou de qualquer dos números acima indicados deve ser prontamente comunicada à outra Parte, conforme aqui previsto; se dita comunicação deixar de ser

realizada, qualquer aviso ou comunicação entregue aos destinatários ou nos endereços acima indicados será considerado como tendo sido regularmente feita e recebida.

4.9. Lei aplicável. O presente Contrato será regido e interpretado pelo direito brasileiro.

4.10. Independência das Cláusulas. Se qualquer disposição deste Contrato for considerada nula, anulável, inválida ou inoperante, nenhuma outra disposição deste Contrato será afetada como consequência disso e, portanto, as disposições restantes deste Contrato permanecerão em pleno vigor e efeito como se tal disposição nula, anulável, inválida ou inoperante não estivesse contida neste instrumento.

4.11. Acordo Integral. Este Contrato contém o acordo e entendimento integral a respeito do objeto deste instrumento entre as Partes contratantes e substitui especificamente qualquer entendimento prévio das Partes sobre o objeto deste instrumento.

4.12. Dúvidas e Omissões. Em casos de dúvidas ou omissões deste Contrato com relação aos procedimentos a serem realizados pela Companhia no âmbito do Compromisso de Indenidade, as Partes, de boa-fé e na medida do razoável, se obrigam, conforme aplicável, a observar as orientações da CVM sobre o tema, em especial o Parecer de Orientação nº 38, de 25 de setembro de 2018, ou outro instrumento que venha posteriormente sucedê-lo.

4.13. Assinatura Digital. As Partes reconhecem e concordam que: (i) este Contrato é assinado de forma eletrônica, nos termos da Medida Provisória 2.200-2, de 24 de agosto de 2001 (“MP 2.200”), por meio da plataforma *ClickSign*, sem o uso dos certificados eletrônicos emitidos pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP-Brasil), sendo tal assinatura aceita e admitida como válida pelas Partes; e (ii) conforme disposto na MP 2.200, o presente Contrato conforme assinado eletronicamente é admitido pelas Partes como autêntico, íntegro e válido, aceitando e reconhecendo como válida qualquer forma de prova de autoria dos signatários por meio de suas respectivas assinaturas eletrônicas, mesmo que sem o uso dos certificados eletrônicos emitidos pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP-Brasil), sendo certo que qualquer registro eletrônico será suficiente para a veracidade, autenticidade, integridade, validade e eficácia do documento e seus termos.

E, assim, por estarem justas e contratadas, firmam o presente Contrato, mediante a utilização de certificados digitais emitidos por entidade credenciada pela ICP-Brasil, dispensada a assinatura de testemunhas, nos termos do artigo 784, parágrafo 4º da Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015, conforme alterada (Código de Processo Civil).

Sorocaba, SP, [•] de [•] de [•]

(Assinaturas seguem na próxima página.

Restante da página intencionalmente deixado em branco.)

*(Página de assinaturas do Contrato de Indenidade entre Atom Educação e Editora S.A. e [Beneficiário],
celebrado em [•] de [•] de [•])*

ATOM EDUCAÇÃO E EDITORA S.A

Por:

Cargo:

Por:

Cargo:

[BENEFICIÁRIO]
